

No céu da boca que não é a sua

Beatriz Almeida Brandão

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Palabras clave: Escuta; Alteridade; Identidade; Diferença; Partilha.

Introdução

Ao submeter o resumo expandido para o VIII Seminário Internacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual, propunha analisar as aproximações entre arquivos históricos e práticas artísticas e literárias, como ambas as categorias se tensionam na criação e manutenção da memória social e nas disputas de poder.

Diferente das edições anteriores, entretanto, em que a programação do evento contava com apresentações de pesquisas individuais em sequência, o SIPACV de 2025 teve como proposta o formato de assembléias, dividindo em grupos os inscritos para que as investigações individuais fossem coletivamente discutidas. No entrelaço entre múltiplas perspectivas e abordagens metodológicas, de pessoas de estados e países diferentes, o interesse nos processos de intercâmbio sobrepuseram-se ao trabalho que submeti inicialmente, apesar de terem pontos em comum.

Assim, o presente texto parte da reflexão sobre os encontros concebidos durante as assembléias, os desdobramentos das atividades e como, a partir desses, pude estabelecer uma relação diferente com a investigação e com minha posição como pesquisadora de modo mais amplo. Não pretendo conceber um texto essencialmente descritivo e analítico, mas sim com um caráter mais narrativo, fruto das experiências vivenciadas ao longo de minha estadia em Montevidéu para atender ao evento.

Assembléias

Nas recomendações para o Seminário, foi feita a solicitação de que cada pessoa levasse consigo um objeto de seu lugar de origem o qual se relacionasse de alguma forma com o tema a ser apresentado, um meio de dar início às conversas e orientar possíveis discussões. Em decorrência das preparações para viajar para outro país, admito que essa tarefa me fugiu, sendo recordada já no Uruguai.

No domingo após minha chegada, na Feira de Tristán Narvaja, encontrei uma banca de venda de selos que já havia visto durante a primeira vez que lá estive, em 2019. Acredito que esse item guarda muitas informações referentes aos países que representa, a imagem que eles pretendem fixar sobre si, para o outro. Além desses fatores, gosto de sua dupla vocação para colecionismos, tanto no sentido do fetiche das obsessões pessoais quanto na ideia de “estratégia para a distribuição de um eu, uma cultura e uma autenticidade possessivos” (CLIFFORD, 1994, p.71).

Na esfera do fetiche, seus desenhos, cores e formatos extremamente bem detalhados me despertam grande fascínio estético. No campo da representação da cultura a partir de conjuntos de objetos, me interessa como as imagens escolhidas correspondem ao ideal de identidade nacional que cada local quer vender sobre si, selecionando, a partir de uma narrativa visual, um mecanismo de defesa de suas atribuições notáveis.

É interessante notar que os países ocidentais costumavam estampar seus selos com imagens de pinturas renomadas, rostos vinculados à tradição clássica grega, elementos da história política e, efetivamente, políticos de importância, essa última categoria compartilhada pela maioria dos países de modo geral. Em regiões como a América Latina, contudo, além dos personagens políticos, aparecem com muito mais frequência elementos de uma realidade agrária, frutas e legumes típicos e animais da fauna local. Sendo o Brasil um país que historicamente apresenta sua cultura sob a bandeira do paraíso tropical, com as belas praias, clima ensolarado e atmosfera despreocupada, achei representativo encontrar somente selos relacionados a esse universo dos trópicos. Decidi comprar um bem pequeno, de cor marrom, com dois cajus estampados. Foi o objeto que elegi para levar à assembléia.

Gostei da ideia de levá-lo pois ia de encontro com o que havia submetido no resumo. Falando sobre arquivos, imagéticos e textuais, e o poder que têm sobre a construção mnemônica, de forjá-la em benefício dos reduzidos grupos que a manejam, essas estratégias de propagação de uma identidade através de mecanismos visuais pareciam fazer sentido, especialmente por me deparar com essa representação nacional estando em outro país.

Meu objeto foi necessariamente concebido para ser mostrado a um terceiro, ele quer ser visto por um outro. Ao mesmo tempo, e principalmente, é esse olhar do outro que atribui sentido a ele. Essa concepção da realidade agrária e tropical (em seu aspecto boêmio) só é confirmada pelas noções já estabelecidas sobre a cultura brasileira, assim como pelo desejo de com elas romper.

A partir disso, é evidente que ao escolher um objeto, tanto literalmente (como para a dinâmica proposta) quanto um objeto de pesquisa, o pesquisador passa a deter certo poder narrativo para se ater a quaisquer características que deseje, para quaisquer propósitos. Apesar de compreender como isso se desenrolou no estabelecimento das disciplinas humanas ocidentais, em especial a antropologia no tratamento com seu “outro”, nesse modo discursivo que impunha opiniões com estatuto de verdade, penso que nós, pesquisadores contemporâneos, tendemos a nos enxergar em outra posição, que já não “discorre sobre o outro, a ele se sobrepondo” nem “transcreve o outro, dele se subtraindo” (MARTINS, 2021, p.191). Diante das atividades e conversas que surgiram nas assembléias, passei a me questionar sobre a extensão dessa premissa, a minha própria atuação enquanto pesquisadora.

Os desafios da prática acadêmica, por conseguinte, ganharam novos contornos ao refletir sobre a profunda subjetividade que atravessa a escolha de com o que trabalhamos, com que propósito, de que posição. Apesar de ser impossível partir de um ponto de neutralidade em qualquer disciplina, sendo inevitável expor nossa perspectiva pessoal, as questões éticas de como desenvolver uma pesquisa que, ao mesmo tempo, sublinhe a narração em primeira pessoa e respeite a autonomia

do objeto de pesquisa diante dos fenômenos culturais nos quais está implicado requerem uma maior atenção.

O outro

Penso sobre o que é ser outro. A alteridade, conceito muito acionado nos últimos anos, denota essa ideia do que é distinto, de natureza outra. Sinto, contudo, que a repetição do termo por vezes o dissocia, passando a configurar quase como um sinônimo de empatia. Se colocar no lugar do outro, focar no que é comum, não no que é diferente. Me pergunto se não seria o inverso, o outro no qual eu não posso me colocar no lugar, justamente por ser outro. Como lidar com essa intransponibilidade?

Por vezes buscamos formas de traduzir o outro na nossa própria gramática, tentando aproximar do eu a fim de propiciar uma leitura mais familiarizada. Entretanto, a busca pelo comum enquanto condição para se lidar com o diferente parece constituir, em si, uma violência epistemológica.

Quando falo de outro, não limito a referência àqueles que constituem historicamente a distinção do homem ocidental, mas estendo-a para me referir a qualquer um que não seja o eu, inclusive os que estão para além da categoria humana. Frequentemente ouvimos expressões como “somos todos humanos” para tratar de grupos sociais diversos, assim como argumentos que reivindicam similaridade linguística e sentimental para ter algum vínculo com não-humanos. Acredito não ser necessário fazer essa aproximação à nossa métrica de moral, sensibilidade e organização social para lidar com algo ou alguém diferente. A diferença sempre vai existir e isso é motivo suficiente para se cultivar esse espaço longínquo, na contramão das tentativas de fazê-lo, em vão, desaparecer. Afinal, o eu está distante do outro na mesma medida em que o outro está distante do eu, e essa estranheza talvez pudesse ser espaço para contágios, não tradução. O que surge do choque com o outro?

O “eu”, desse modo, seria um dêitico (o dêitico dos dêiticos, poderíamos dizer), a marcação por excelência da posição locucionária do mundo de onde se fala (“O cosmos parte do eu”, diria Oswald de Andrade): uma perspectiva, mas não a perspectiva sobre o mundo (“mundo-para-um-sujeito”), e sim a perspectiva de um mundo (“mundo-de-um-sujeito”) [...]. (NODARI, 2015, p.80)

A escritora Nastassja Martin (1986-), antropóloga francesa que dialoga com algumas famílias do povo even que vivem nas montanhas de Kamtchátka, na Rússia, narra em seu livro *Escute as Feras* (2021) uma de suas viagens de campo, na qual tem um encontro brutal com um urso. Esse encontro abre margens para que reflita sobre como ela abandona quem fora outrora devido ao choque com o urso, habitando a partir dele uma fronteira do eu, porque contagiado com o outro.

Conversando com Andrei, um dos evens com quem Nastassja se relaciona com mais proximidade, ela é questionada se havia perdoado o urso por tê-la ferido. Após responder que sim, Andrei afirma que “agora você é *miêdka*, aquela que vive entre os mundos” (MARTIN, 2021, p.23). Uma nota de rodapé explica que

A palavra even *miêdka* é empregada para designar as pessoas 'marcadas pelo urso' que sobreviveram ao encontro. Esse termo remete à ideia de que a pessoa que carrega esse nome é dali em diante metade humana, metade urso. (Ibid.)

A forma como Andrei e Nastassja se referem ao animal não recorre à régua com a qual tendemos a medir ações alheias, apesar de por vezes a autora sentir o ímpeto de fazê-lo, insurgindo-se "contra o destino, contra os vínculos, contra tudo aquilo para o qual nos dirigimos e que é inelutável" (Ibid.). Ela retira do acontecimento a bestialidade, a crueldade, entendendo que os desdobramentos desse encontro com a extrema alteridade agenciam outros modos de resposta, que fogem aos nossos instintos imediatos de taxonomia.

[...] o acontecimento não é: um urso ataca uma antropóloga francesa em algum lugar nas montanhas Kamtchátka. O acontecimento é: um urso e uma mulher se encontram e as fronteiras entre os mundos implodem. Não apenas os limites físicos entre um humano e um bicho que, ao se confrontarem, abrem fendas no corpo e na cabeça [...] quando eles se encontram, seus territórios implodem, seus mundos se reviram, seus encaminhamentos usuais se alteram e seus vínculos se tornam indefectíveis. Existe uma suspensão do movimento uma retenção uma parada um estupor que se apossa das duas feras pegadas no encontro arcaico – aquele que não se planeja, aquele que não se evita, aquele do qual não se foge. (Ibid. p.97-98)

Essa zona de contato criada no atrito entre eu e o outro, as mudanças possibilitadas por ele, me parecem muito mais interessantes do que a busca por interseções prévias para que, assim, seja possível lidar com o outro. Como mencionado previamente por Alexandre Nodari, o eu é uma perspectiva e, como tal, está sempre passível de mudança. É, ainda, o outro dos outros (LISPECTOR apud NODARI, 2015, p.76). O espaço comum é justamente aquele criado a partir dessas fricções, da "proliferação da diferença" que é "constitutiva da vida social (DELEUZE, 2006)", sendo "preferível a possibilidade de desentendimento [...] à impossibilidade do encontro com o estranho (SENNETT, 1976)" (LEITE, 2010, p.85).

O que significa sair dos abismos onde reina o indistinto, escolher reconstruir outros limites com a ajuda dos novos materiais encontrados bem no fundo da noite indiferenciada do sonho? Bem no fundo da boca escancarada de um outro que não é você? [...] Penso em todos esses seres que se embrenharam nas zonas sombrias e desconhecidas da alteridade e que delas voltaram, metamorfoseados, capazes de encarar 'aquilo que vem' de maneira não convencional, eles agem agora a partir daquilo que lhes foi confiado debaixo do mar, debaixo da terra, no céu, debaixo do lago, no ventre, debaixo dos dentes. (MARTIN, 2021, p.98-99)

Tendo esses pressupostos estabelecidos, penso que essa é a parte mais difícil de ser uma pessoa, assim como de ser uma pessoa que pesquisa. Como lidar na escrita acadêmica com o outro que, além de tudo, pode ter uma produção de conhecimento diferente da minha? Como se deixar embrenhar “nas zonas sombrias e desconhecidas da alteridade”, permitindo que a subjetividade da qual partimos no ato de escrever não seja cristalizada na perspectiva pessoal de um único mundo?

Percebo a tendência acadêmica em persistir na ideia de que somos os porta-vozes daqueles que não pensam, não podem pensar, não têm tempo para isso, mas somos nós que nos recusamos a ouvir, por se tratar de um conhecimento que a nós é estranho. Acho que, do contrário, é nessa estranheza que ampliamos nossas formas de pesquisar, de nos contagiar por outras epistemologias e lidar com aquilo e aqueles com os quais pesquisamos de forma mais ética e horizontal, visando aprender com eles, ao invés de os ensinar alguma coisa. Pesquisando com o outro, e não sobre ele, seria possível um entrecruzamento entre mundos em que, mesmo na impossibilidade de familiarização, é estabelecida uma “via recíproca, de mão dupla, uma ponte entre mundos, em que tanto a identidade quanto a diferença se afirmam ao mesmo tempo e se reconfiguram mutuamente” (NODARI, 2015, p.82).

O que é dito quando se supõe que a academia pensa por aqueles que não poderiam pensar por si é que a única forma válida de conhecimento é aquele escrito e, ainda, escrito nos moldes ocidentais, ignorando o fato de que o fazer é pensamento, assim como falar, ouvir, caminhar, deitar, dançar. A mão pensa; o corpo pensa.

Diante da proposição das assembléias do VIII SIPACV, de estabelecer diálogo coletivo ao invés de apresentações unilaterais, e a partir de minha experiência na assembléia específica que integrei, percebo que o oposto à fala não é o silêncio, mas a escuta. A mim se mostra importante, acima de tudo, aprender a escutar o outro.

Confluências, conclusões

O projeto textual que enviei inicialmente ao Seminário previa a análise sobre como acervos de imagens e escritos colaboram na manutenção de políticas de memória e representação, assim como, quando disputados, apresentam-se como forma de enfrentamento a modelos engendrados.

Visava investigar, em primeira instância, a retomada de documentos da barbárie na criação de obras e arquivos de memória. Essa prática, a qual ressoa na série *Atlântico Vermelho*, de Rosana Paulino (1967-), mistura imagens históricas, desenhos e costuras para reformular narrativas da escravidão a partir de seu próprio gesto. Semelhante à artista, no campo literário Saidiya Hartman (1961-) propõe o conceito de fabulação crítica, na intenção de desvincular a história afrodiáspórica e seus símbolos de uma história de catástrofe.

Essa proposta é evidenciada no texto *Vênus em dois atos*, onde aponta que a persistência na narrativa da violência faria com que essa fosse reencenada, perpetuada, alegando que o “arquivo, nesse caso, é uma sentença de morte, um túmulo, uma exibição do corpo violado” (HARTMAN, 2020, p.15). A fim de romper com esses signos de opressão, a autora manifesta seu desejo de dar outra vida para essas pessoas onde não estivessem vitimizadas, fabulando sobre seus possíveis desejos, sonhos e relações.

Ratifico, como na introdução do presente texto, que apesar de considerar a importância dos desdobramentos teóricos da proposta, a experiência na assembléia fez emergir questões que decidi destacar neste artigo. Essas questões, abordadas no subcapítulo anterior, confluem com alguns pontos da submissão inicial, que sublinham a agência do produtor do discurso nas determinações sobre o outro.

O que Paulino e Hartman fazem é, precisamente, desvelar a voz narrativa desses relatos históricos e procurar escutar as vozes que neles foram silenciadas, tentando dar àqueles a quem foi negada a subjetividade uma forma de redenção. Em consequência, fomentam a produção contemporânea de conhecimento para que não mais seja possível ignorar o eu que fala sobre si, que não mais esteja nas mãos de um grupo privilegiado o direito de discorrer sobre os que, em relação a ele, constituem diferença.

Vivemos um momento em que as reivindicações pelo direito à autodeterminação estão mais presentes do que nunca. Acredito ser necessário que a reflexão sobre a função social da academia seja também posta em questionamento em seus principais ambientes de circulação, repensando como ainda produzimos conhecimento, sobre quais pilares, para o acesso de quem e com qual finalidade.

Assim, espero que as considerações brevemente feitas possam somar de alguma maneira aos debates sobre a descentralidade da razão ocidental na produção de conhecimento sobre o mundo, enfatizando o lugar da escuta nos encontros entre o eu e o outro.

Referencias

- CLIFFORD, James. Colecionando arte e cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, v.23, p. 69-89, 1994.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020.
- LEITE, Rogerio Proença. A exaustão das cidades: Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.25, n. 72, p.73-88, 2010.
- MARTIN, Nastassja. **Escute as feras**. São Paulo: Editora 34, 2021.
- MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- NODARI, Alexandre. A literatura como antropologia especulativa. Revista da Anpoll, Florianópolis, n. 38, p.75-85, jan./jun, 2015.
- PAULINO, Rosana. Atlântico Vermelho, 16 de junho de 2016 - 16 de junho de 2017, Galeria Superfície, São Paulo. Disponível em: <https://galeriasuperficie.com.br/exposicoes/rosana-paulino-atlantico-vermelho/> . Acesso em 13 maio 2025.

Beatriz Almeida Brandão

Vive e trabalha em Niterói, Rio de Janeiro. Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Arte na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bacharel em Pintura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estuda os processos de artificialização, as fronteiras entre arte e artesanato e as fricções emergentes dessa relação no movimento modernista brasileiro. Para isso, pesquisa em específico as exposições Bahia no Ibirapuera (1959), Civilização Nordeste (1963) e A Mão do Povo Brasileiro (1969/ 2016), todas assinadas pela arquiteta e curadora ítalo-brasileira Lina Bo Bardi. Apesar de não configurar no seio de sua pesquisa atual, tem interesse especial pelos entrelaçamentos entre a arte e o domínio dos arquivos históricos, as políticas de memória que nele são acionadas e o potencial da prática artística em friccionar e/ou romper com essas narrativas dominantes, propondo novas formas de recepção de seus conteúdos.